

Resenhas

FERRAZ, A. L. M. C. & MENDONÇA, J. M. (orgs). 2014.
Antropologia visual: Perspectivas de ensino e pesquisa.
 Brasília/DF: ABA. 801 p.

Carla Delgado de Souza
 (UEL)

Desde o surgimento da antropologia, no século XIX, a imagem é utilizada como uma forma de aproximação e tentativa de conhecimento do “outro”. Desenhos, mapas e até mesmo registros fotográficos e fílmicos foram tão importantes para as narrativas etnográficas clássicas e modernas que passaram a constituir uma parte importante do trabalho antropológico. Essa imbricação característica dos trabalhos etnográficos tornou tarefa quase impossível mesurar os limites entre texto e imagem nas descrições antropológicas. Se podemos afirmar que inicialmente os textos antropológicos utilizavam as imagens apenas como recursos indiciários da alteridade, de forma a atestar o argumento do autor, na atualidade não podemos ser tão simplistas. Além de ainda usadas como provas do argumento do autor, as imagens passaram a ser, elas mesmas, objetos de estudo do antropólogo.

Em parte, isso ocorre devido ao fato de, paralelamente ao desenvolvimento da antropologia como ciência, ter havido várias indagações sobre o papel da imagem, em especial a fotografia, como estatuto e prova do real. Assim como acontece com as palavras, também as imagens podem ser editadas e manipuladas. A mesma analogia ainda pode se estender: assim como os textos, as narrativas imagéticas também podem adquirir significados diferentes quando colocadas em diversos contextos. Em um momento em que até mesmo o caráter estritamente científico da antropologia passa a ser contestado, as aproximações e as relações entre texto e imagem se diversificaram de tal forma que, na atualidade, alguns experimentos etnográficos têm sido realizados com base em discursos imagéticos – é o caso das fotoetnografias, por exemplo, assim como da proliferação de documentários etnográficos nos últimos anos.

Com a intenção de dar conta desta frutífera relação, Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz e João Martinho Mendonça organizaram a coletânea de artigos *Antropologia visual: perspectivas de ensino e pesquisa*, publicada em 2014 pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA). O livro, que contém 29 textos

(contando com o prefácio escrito por Carmen Rial e a introdução dos organizadores), é dividido em três partes: na primeira parte concentram-se reflexões sobre o ensino de antropologia visual no Brasil e no mundo, realizadas por autores que foram importantes para o estabelecimento desta área de estudos; a segunda parte reúne resultados de pesquisas recentes em antropologia visual, sendo que a maioria delas foi apresentada e discutida no âmbito do GT “Antropologia visual: história, ensino e perspectivas de pesquisa”, coordenado pelos organizadores do livro durante a XXVIII Reunião Brasileira de Antropologia; por fim, a última sessão tem a pretensão de proporcionar uma imaginação sobre o futuro da antropologia visual.

Apesar de os organizadores afirmarem que o livro pretende ser “um pequeno extrato do estado da arte em antropologia visual” (p. 17), o resultado é de proporções monumentais. A extensão do livro, que conta com 801 páginas, atesta a dificuldade em realizar um mapeamento das produções e das estratégias criativas e de pesquisa na área de antropologia visual na atualidade. Parecido a um compêndio, a coletânea tem em sua estrutura o seu ponto mais forte e o seu aspecto mais frágil: ao mesmo tempo em que surge como uma produção de extrema importância para a área por reunir tantas contribuições, falta-lhe a organicidade que só a coesão lhe poderia proporcionar. O leitor se pergunta se não seria melhor desmembrar essa produção em três livros distintos, pertencentes a uma mesma série de estudos. Assim seria possível ter um livro destinado apenas à reflexão sobre o ensino de antropologia visual no Brasil e no mundo, outro que reunisse artigos de resultados de pesquisa em antropologia visual bem como textos de foco teórico e um terceiro, de entrevistas e relatos de experiência mais informais, tanto de sujeitos pesquisados como de pesquisadores envolvidos nesta área de estudos.

Segundo os pesquisadores que narram suas experiências com a antropologia visual, reunidos na primeira parte do livro, esta área de estudos tem se desenvolvido muito nos últimos anos. Há a proliferação de centros e núcleos de pesquisa em todo o mundo, o que tem contribuído para a disseminação dos trabalhos e a formação de novos pesquisadores. Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz, Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, Clarice Peixoto e Lisabete Coradini refletem sobre a antropologia visual desenvolvida em contexto brasileiro e ressaltam que, apesar do crescimento vertiginoso da área, é grande a dificuldade de financiamento das atividades, uma vez que a própria constituição dos laboratórios é vista como muito dispendiosa pela maioria das universidades brasileiras.

Além disso, também constituem entraves importantes a própria constituição dos cursos de ciências sociais, que possuem uma estrutura muito teórica e pouco prática. Esta dificuldade se apresenta tanto em relação à formação de pesquisadores habilitados em realizar as etnografias textuais tradicionais como no que se refere a outras formas de experimentação etnográfica envolvendo imagens, os documentários etnográficos, por exemplo. Assim, de acordo com Clarice Peixoto, não se trata de entendermos as narrativas visuais e as narrativas textuais como opostas, uma vez que elas seriam, de fato, complementares. Ambas dependem de técnicas e procedimentos específicos, que devem ser conhecidos para serem utilizados pelos etnógrafos. Logo, a implementação de cursos e oficinas de fotografia, captação e edição de vídeos e leitura de imagens, defendida por todos os autores da primeira parte da coletânea, visa justamente capacitar os antropólogos que desejam trabalhar com imagens para a realização de etnografias visuais.

Na vanguarda deste processo de capacitação dos antropólogos visuais está o Centro de Antropologia Visual de Granada, vinculado à universidade de Manchester. Criado em 1987 a partir de uma colaboração entre o Departamento de antropologia (na época chefiado por Marilyn Strathern) e a televisão Granada, este centro entendeu desde o início de suas atividades que a produção de imagens e a construção do olhar antropológico devem ser realizadas conjuntamente. Para isso, foi construída uma estrutura curricular capaz de habilitar tecnicamente os jovens pesquisadores para expressar e problematizar grandes dilemas antropológicos por meio de narrativas fílmicas.

Ao contrário do que usualmente pensamos, as dificuldades financeiras para a viabilização de filmes etnográficos e demais trabalhos na área de antropologia visual não são problemas exclusivos do contexto brasileiro. Angela Torresan, que relatou a experiência acima descrita na Inglaterra, lamentou a atual política de cortes de verba destinada ao centro, que vem, na atualidade, dificultando a continuidade dos trabalhos. Francesco Marano, que relata como se desenvolveu esta área na Itália, também aponta o financiamento como um problema central. Apesar de o texto de Evgeny Alexandrov tratar dos entraves políticos inerentes ao desenvolvimento da antropologia visual russa, o autor também apontou a escassez de recursos financeiros como um grande problema. Apenas José da Silva Ribeiro, que relata o desenvolvimento da antropologia visual em Portugal, não tocou nesse ponto nevrálgico, preferindo apontar as conexões internacionais que a antropologia visual praticada em Portugal tem estabelecido.

A segunda parte do livro, composta de 12 textos, sendo 11 artigos e uma entrevista, é a mais extensa, sendo impossível dar conta de analisar criticamente, no curto espaço de uma resenha, todas essas produções. Por este motivo, ressaltarei alguns textos em detrimento de outros, na tentativa de encontrar as lógicas subjacentes à organização do livro. Apresentando pesquisas que vem sendo realizadas na atualidade no campo da antropologia visual, a coletânea contou com contribuições de grande impacto e alguns textos corretos, mas não tão inovadores ou originais. Alguns artigos, como os de Alex Vailati refletem sobre temas bastante contemporâneos, como as produções videográficas caseiras e seus âmbitos de circulação e apresentam uma pesquisa já amadurecida, fruto de uma tese de doutorado e publicada, inclusive, originalmente em língua inglesa em um periódico científico. Outros textos, como o de Lilian Sagio Cezar, trazem uma discussão importante, embora não muito aprofundada, sobre o uso de imagens produzidas em trabalho de campo, com base nas premissas de direito de imagem existentes na legislação brasileira.

Seguindo uma mesma dinâmica de expor estratégias e vocações textuais, o leitor se depara com artigos que refletem sobre o ato de criar um filme etnográfico, bastante próximo da literatura sobre poéticas visuais concernentes aos artistas, como é o caso do artigo escrito por Armelle Giglio-Jacquemont sobre o processo de criação do documentário “Nice, bonne au Brésil” (2009), que retrata o cotidiano de Nice, uma empregada doméstica brasileira de quem a cineasta ficou bastante próxima. De forma semelhante, o belíssimo artigo de Carmen Opiari e Sylvie Timbert, torna claras as estratégias de edição e de escolha de captação de imagens envolvidas na realização dos três documentários etnográficos “Bárbara e seus amigos no país do candomblé” (1997), “Erê/erê: son image ou celle de l’autre?” (1998) e “O morro da mangueira como é” (2010), produzidos pelas autoras. Segundo o argumento

exposto no texto, os filmes apresentam dois universos de pesquisa a partir de uma dinâmica construída, ao mesmo tempo, por antropólogo e sujeito de pesquisa, o que culminou na problematização, existente no artigo, do papel do antropólogo em trabalho de campo, enfatizando como o uso de recursos imagéticos pode auxiliar a construção das relações entre pesquisador e pesquisado e, principalmente, oferecer uma perspectiva privilegiada para o desenvolvimento da própria narrativa antropológica.

Refletindo sobre produções fílmicas e fotográficas realizadas pelos próprios pesquisadores, a maioria dos artigos presentes na segunda parte da coletânea tem um dilema comum: enquanto os pesquisadores não desejam tratar as imagens apenas como documentos do real, alertando sempre para a dimensão poética das fotografias, exposições e filmes produzidos, a maioria de seus sujeitos de pesquisa ainda pensam o recurso imagético como um indício da realidade, um documento para a posteridade. Tal fato fica evidente em vários momentos, mas se torna mais evidente na entrevista com Divino Tserewahú, feita por Fernanda Silva, na qual encontramos a argumentação de que a filmagem dos rituais é bastante importante pelo conhecimento que ela carrega e condensa. O grande valor dos documentários etnográficos, para Divino Tserewahú, é documental, na medida em que ajuda a preservar a memória social do grupo. Em certo ponto da entrevista, o cineasta indígena chega a dizer: “Quem está substituindo os velhos são os documentários” (p. 434).

A discussão da imagem como indício está presente de forma explícita no artigo escrito por Bárbara Copque sobre a utilização da fotografia na unidade prisional feminina Talavera Bruce e aparece apenas marginalmente no texto de Micheline Ramos de Oliveira, que também trabalha com mulheres que estão presas. Copque afirma ter sido bastante recorrentes os pedidos das mulheres pesquisadas para que ela, por meio de imagens, documentasse a própria existência das detentas, bem como seus sentimentos e afetos. Na narrativa desta autora, é bastante ilustrativo o caso de uma mulher que veste uma camiseta bordada com a seguinte frase “meus filhos eu amo vocês” para posar para a fotografia, pedindo posteriormente que Copque enviasse aos filhos dela a foto, que é em si, uma mensagem. Oliveira, por sua vez afirma que as mulheres presidiárias não se opuseram a ser fotografadas desde que suas identidades fossem preservadas e elas recebessem, em troca, fotografias de si mesmas, as quais desejavam enviar aos seus familiares.

Apenas três artigos trabalharam com coleções fotográficas. É o caso do texto de João Martinho Mendonça sobre a pesquisa fotográfica e fílmica no litoral paraibano, que pretendia traçar uma memória imagética sobre os índios Potiguara. Para o autor era importante reconstruir essa memória por meio de acervos pessoais dos próprios índios Potiguara, bem como dos fotógrafos que os retrataram. Embora o trabalho de Mendonça também tenha envolvido a produção de um documentário etnográfico, concentrou-se na criação deste acervo, que pode ser analisado a partir de diferentes perspectivas, contribuindo, desta forma, para pesquisas futuras.

O texto de Lucybeth Camargo de Arruda, por outro lado, parte de um acervo já existente e analisa as fotografias produzidas pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio) sobre as populações Bororo, Terena e Bakairi. A autora coteja a produção imagética com a documental justamente para desconstruir o discurso do “índio trabalhador e integrado”

que o SPI fazia questão de propagar durante sua existência. O texto de Arruda chama a atenção pelo cuidado na leitura das imagens apresentadas, que definitivamente não figuram apenas como ilustração, mas integram o próprio argumento da autora.

Com uma dimensão analítica sobre fotografia e memória social refinada, o artigo de Nilvânia Mirelly Amorim de Barros, oriundo da dissertação de mestrado da autora, parte da coleção de setenta fotografias do povo Ramkokamekrá-Canela que foram registradas por Curt Nimendajú entre os anos 1928-1936, atualmente pertencente à Coleção Etnográfica Carlos Estevão de Oliveira do Museu do Estado de Pernambuco. As fotografias foram expostas entre os Ramkokamekrá-Canela e, por meio da exposição realizada, foi possível que a autora entendesse como essas imagens poderiam operar, de diferentes maneiras, na memória social desta população.

A terceira parte do livro conta com quatro artigos e uma entrevista e funciona, de certa forma, como um meio de discutir os avanços teóricos e os atuais problemas centrais da antropologia visual enquanto área de pesquisa. Nessa parte, questões de fundo teórico tomam a centralidade da discussão e são realizadas por autores notadamente reconhecidos pelas pesquisas na área.

Nesse sentido, Carlos Peres Reyna discute os usos do filme pela antropologia, expondo-os de forma a acentuar os limites e as possibilidades das análises antropológicas que fazem uso de material fílmico. Apontando algumas questões que já haviam sido reiteradas no início do livro, o autor evidencia como a relação entre texto e imagem é ainda problemática no escopo das ciências sociais. Investindo também na relação entre texto e imagem, Ettiene Samain argumenta que, em antropologia visual, tanto os textos quanto as imagens devem ser tecnicamente bem produzidos. Além disso, ambos devem estar em equilíbrio na análise. O autor ainda adverte que a simples produção de representações imagéticas não contribui para o avanço da antropologia visual. Antes é necessário “saber problematizar visualmente, isto é, se perguntar – com relação a um determinado objeto de estudo – de que modo singular tratá-lo sob o regime das imagens” (: 716). Com uma argumentação semelhante, Mariano Báez Landa ressalta a importância de indagarmos-nos frente às imagens existentes e àquelas que pretendemos construir.

O texto de Renato Athias é o único desta parte do livro que tem um universo etnográfico muito bem definido: o autor parte de uma pesquisa realizada com migrantes africanos vindos do Zaire e do Congo que requeriam asilo em Londres, a partir da qual um projeto fílmico foi realizado com a participação dos sujeitos pesquisados. O filme tinha um intuito antropológico muito claro, uma vez que o autor pretendia agir de acordo com as premissas de um trabalho participativo, tal qual Jean Rouch propunha nos anos 1960. Além disso, o autor evidencia a importância política da realização deste projeto. O filme teve um forte impacto nas comunidades de migrantes africanos, provocando, de certa forma, o empoderamento destes sujeitos.

Antropologia visual: perspectivas de ensino e pesquisa é finalizado com uma breve entrevista com a antropológa Selda Vale da Costa, que foi concedida a um dos organizadores: João Martinho de Mendonça. Nela, a professora relata sua relação com a antropologia visual, bem como com o núcleo de antropologia visual (NAVI) vinculado à UFAM. Devido ao mote da entrevista, ela estaria melhor localizada se estivesse junto aos outros textos que discutiam o ensino de antropologia visual no Brasil e no mundo, ou seja, na primeira parte do livro.

Longe de ser um manual de treinamento de professores e pesquisadores em antropologia visual, o livro é feliz ao elencar estratégias didáticas e experiências de trabalho nessa área de estudos. Consegue, a contento, fornecer um panorama mundial da área de estudos e, apesar de conter trabalhos bastante heterogêneos, é uma contribuição importante, principalmente para iniciantes no assunto.

Carla Delgado de Souza é Doutora em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL).